
Indicadores Econômicos

*Gilmar Mendes Lourenço
Mario Romero*

Fazendo uma analogia com os dedos das mãos, os indicadores econômicos (IEs) representam essencialmente dados e/ou informações “sinalizadoras” ou “apontadoras” do comportamento (individual ou integrado) das diferentes variáveis e fenômenos componentes de um sistema econômico de um país, região ou estado.

Por isso, os IEs são fundamentais tanto para propiciar uma melhor compreensão da situação presente e o delineamento das tendências de curto prazo da economia, quanto para subsidiar o processo de tomada de decisões estratégicas dos agentes públicos (governo) e privados (empresas e consumidores).

O presente capítulo procura demonstrar os agrupamentos mais convencionais dos diferentes IES - formados de acordo com a variável macroeconômica principal que os mesmos tentam explicar – e especificar, para cada um deles, aspectos como conceito, finalidade, metodologia de determinação e instituição produtora. Ao final do capítulo é apresentada sumariamente a metodologia e os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Os IEs podem ser classificados em cinco subconjuntos de variáveis macroeconômicas relevantes:

- a) nível de atividade;
- b) preços;
- c) setor externo;
- d) agregados monetários;
- e) setor público.

1 Indicadores de nível de atividade

Os indicadores do nível de atividade funcionam como um termômetro das condições gerais dos elementos mais sensíveis às flutuações cíclicas do lado real da economia, sintetizados no comportamento do produto interno bruto (PIB), da produção industrial e das estatísticas de emprego e desemprego.

1.1 Produto interno bruto (PIB)

O PIB corresponde ao valor de mercado do fluxo de bens e serviços finais disponibilizados por uma economia em um determinado período de tempo (normalmente um ano), propiciando o acompanhamento de suas modificações estruturais e de seu curso conjuntural.

O PIB é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base em metodologia recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a partir de minucioso levantamento e sistematização de informações primárias e secundárias apuradas ou apropriadas por aquela instituição.

O PIB pode ser aferido a preços correntes (nominais ou monetários) e constantes (reais). Ambos representam importantes medidas de desempenho. Os valores monetários servem para dar uma idéia da dimensão do sistema, pois resultam da agregação da produção física de todos os bens e serviços pelos respectivos preços, descontadas as transações intermediárias. A estimativa do PIB em dólares é feita pelo Banco Central, por meio da conversão dos valores em reais pela paridade do poder de compra da moeda nacional frente a uma cesta de moedas dos países que mantêm maior intercâmbio comercial com o Brasil.

**O PIB é o indicador-síntese
de uma economia**

Mas, como a moeda pode sofrer corrosão de seu poder aquisitivo ao longo de um ciclo econômico, nos valores reais vem descontada a taxa de inflação média, retratando a variação efetiva da economia em um intervalo de tempo.

O IBGE estima a variação do PIB trimestral, enquanto que o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) procede à projeção anual da variável trimestral. O quociente entre o PIB nominal e a população equivale ao indicador de renda per capita.

BRASIL - PRODUTO INTERNO BRUTO - 1993-2001

ANO	PRODUTO INTERNO BRUTO		
	Em R\$ bilhões correntes	Em US\$ bilhões correntes	Taxa de crescimento (%)
1993	14,1	429,7	4,9
1994	349,2	543,1	5,9
1995	646,2	705,4	4,2
1996	778,9	775,5	2,7
1997	870,7	807,8	3,3
1998	914,2	787,9	0,1
1999	963,9	531,1	0,8
2000	1.086,7	594,2	4,4
2001	1.184,8	503,9	1,5

FONTE: IBGE/IPEA

1.2 Produção industrial

Este indicador revela a variação mensal da produção física da indústria brasileira, obtida a partir da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), realizada pelo IBGE desde o início dos anos de 1970. Serve como indicador preliminar da evolução do PIB industrial. Atualmente, a PIM-PF é aplicada em uma amostra intencional de quase 950 produtos e mais de 6.000 empresas informantes, representativos de 62% do valor bruto da produção do Censo Industrial de 1985.

As pesquisas industriais de 1999 e 2000, também do IBGE, têm servido como instrumento de atualização do painel de produtos. A base de ponderação dos índices é a estrutura do valor adicionado de 1985.

BRASIL - EVOLUÇÃO ANUAL DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - 1993-2002

ANO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL (%)
1993	7,5
1994	7,6
1995	1,8
1996	1,7
1997	3,9
1998	-2,0
1999	-0,6
2000	6,6
2001	1,5
2002 ⁽¹⁾	-1,0

FONTE: IBGE

(1) acumulado em doze meses até junho

1.3 Desemprego

O desemprego constitui a maior preocupação da maioria das economias capitalistas desde o final do século XX, devido à modernização tecnológica, à automação, à abertura pouco criteriosa dos mercados e à proliferação de distorções conjunturais. A taxa de desemprego é definida pela relação entre o número de pessoas desempregadas e a população economicamente ativa (PEA).

A estimativa da taxa de desemprego no Brasil envolve uma polêmica metodológica nada desprezível entre as instituições que procuram medir o fenômeno, o que acaba se refletindo nos números finais. As divergências começam com a população considerada em idade ativa (PIA) e terminam com os conceitos de procura e não obtenção de emprego.

O IBGE realiza a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) desde outubro de 1984, abrangendo seis regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador). A pesquisa procura levantar e medir apenas o desemprego aberto (incluindo a realização de bicos), para a população considerada em idade ativa (PIA), acima de quinze anos, que procurou emprego durante a semana que precede a visita do pesquisador.

Já a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é realizada desde janeiro de 1985, pela Fundação Sistema Estadual de Estatísticas e Análise de Dados (SEADE), de São Paulo, em conjunto com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Os inquéritos são feitos no Distrito Federal e nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador. A PED considera o universo populacional em idade ativa superior a dez anos e levanta o desemprego aberto (pessoas que procuraram trabalho nos últimos trinta dias e não trabalharam nos últimos sete dias anteriores à entrevista), acrescido do desemprego oculto.

A consideração do desemprego oculto representa a grande diferença frente a pesquisa do IBGE. Em tal categoria estão incluídas as pessoas que, em paralelo à busca de emprego, exercem algum tipo de trabalho descontínuo e irregular (por exemplo, a entrega do Jornal *Gazeta do Povo* nos semáforos nos sábados à noite). É o que se chama de desemprego oculto por trabalho precário.

O desemprego oculto também aparece quando as pessoas interromperam a busca de emprego, ou por fatores circunstanciais ou desestimuladas pelas adversidades do mercado de trabalho. É o desemprego oculto por desalento.

Ambas as pesquisas cobrem o mercado de trabalho nos grandes centros urbanos, excluindo as cidades de pequena dimensão e as áreas rurais.

Por fim, cumpre frisar que, por recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o IBGE vem realizando esforços de adequação metodológica para incorporar algumas peculiaridades da realidade do mercado de trabalho brasileiro na pesquisa, como por exemplo, o desemprego por desalento e a procura por trabalho nos 30 dias que antecedem a data da entrevista.

BRASIL - TAXAS DE DESEMPREGO - 1993-2002

ANO	PME-IBGE-BRASIL	SEADE/DIEESE/ SÃO PAULO
1993	5,3	14,7
1994	5,1	14,3
1995	4,6	13,2
1996	5,4	14,9
1997	5,7	15,7
1998	7,6	18,2
1999	7,6	19,3
2000	7,1	17,7
2001	6,2	17,5
2002 ⁽¹⁾	7,2	18,9

FONTE: IBGE, SEADE/DIEESE

(1) média do primeiro semestre

2 Inflação

A inflação pode ser entendida com uma elevação generalizada e permanente dos níveis de preços do sistema econômico, resultando em deterioração do poder aquisitivo da moeda e depreciação dos valores dos ativos. A complexidade do cálculo da inflação decorre da necessidade de aferir a variação de preços de produtos distintos fisicamente, e de serviços, que variam a taxas diferenciadas.

Para o cumprimento dessa tarefa, existem diversos índices de preços que procuram medir a inflação em toda a cadeia de produção e de comercialização, ou em partes relevantes da mesma. Daí a existência de índices gerais, no atacado (indústria e agricultura), no varejo (consumidores) e na construção (insumos e materiais de construção).

O cálculo da inflação é efetuado por meio de uma média da variação dos preços pesquisados para os diferentes produtos, ponderada pelas quantidades produzidas, consumidas ou comercializadas dos bens, a partir de parâmetros primários obtidos das pesquisas de orçamentos familiares e até de matrizes de relações inter-setoriais.

A inflação traduz uma elevação generalizada e permanente dos níveis de preços

Os índices de preços mais importantes do país são aqueles produzidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), pelo IBGE e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE-USP).

2.1 Índices da FGV

Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI)

É obtido a partir de uma média do Índice de Preços no Atacado (IPA), Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), com ponderações 06 (seis), 03 (três) e 01 (um) respectivamente. As coletas de preços abrangem os municípios de Rio de Janeiro e São Paulo para o IPC, 19 capitais para o INCC, e as capitais e algumas regiões produtoras no caso do IPA (apesar do cálculo não ser regionalizado).

O IGP-DI foi durante mais de quarenta anos empregado como principal indicador da inflação brasileira. Contudo, atualmente, sua metodologia vem sendo alvo de algumas críticas relevantes, especialmente por adotar uma estrutura de ponderação antiga, baseada no começo dos anos de 1960, não captando as enormes transformações estruturais verificadas na economia do país ao longo dos últimos quarenta anos. Ademais, a pesquisa de preços no atacado embute uma apreciável distorção por captar os valores de tabela e não os de transação, anulando assim a possibilidade de incorporação de descontos ou de ágios registrados nas operações comerciais.

Os levantamentos de campo são realizados no mês-calendário (01 a 30 ou 31) e a parte de varejo tem como público-alvo a população com rendimento entre 01 e 33 salários mínimos. Sua utilização principal é na atualização dos valores de contratos.

Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M)

Apresenta praticamente as mesmas características e limitações do IGP-DI. A diferença principal corresponde à periodicidade da coleta dos preços, cobrindo o intervalo entre os dias 21 do mês anterior e 20 do mês corrente. Atualmente é utilizado especialmente nos contratos de reajustes de tarifas de telefonia e de energia elétrica. Surgiu em 1989, na época da hiperinflação indexada, dada a necessidade de os agentes econômicos, notadamente aqueles atuantes no mercado financeiro, disporem de um índice de atualização de preços logo no começo do mês.

2.2 Índices do IBGE

Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

Este índice reflete as variações dos preços dos bens e serviços consumidos por famílias com renda mensal urbana entre 01 e 40 salários mínimos, independentemente da fonte. Os preços são pesquisados em dez regiões

metropolitanas: Belém, Recife, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia, além do Distrito Federal. O peso dos produtos é fornecido pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada entre 01 de outubro de 1995 e 31 de setembro de 1996.

O índice nacional é determinado a partir da agregação dos índices regionais, ponderados pelo rendimento total urbano, extraído da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O IPCA é adotado pelo Banco Central do Brasil para a fixação das metas de inflação do país, acordadas entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

Este índice capta a evolução de uma cesta de produtos consumidos por famílias com rendimento entre 01 e 08 salários mínimos, provenientes exclusivamente do trabalho assalariado urbano. O indicador cobre as mesmas regiões metropolitanas do IPCA e a agregação é efetuada pela população residente urbana, levantada pelo Censo Demográfico.

2.3 Índice da FIPE

Índice de Preços ao Consumidor (IPC)

Calcula a variação de preços de bens e serviços para famílias que ganham entre 01 e 20 salários mínimos no município de São Paulo. É utilizado para reajustar impostos estaduais e municipais no Estado de São Paulo.

BRASIL - EVOLUÇÃO ANUAL DOS PRINCIPAIS ÍNDICES DE INFLAÇÃO EM % - 1993-2002

ANO	IGP-DI	IGP-M	IPCA	INPC	IPC
1993	2.708,2	2.5675	2.477,1	2.489,1	2.491,0
1994	1.093,9	1.246,6	916,4	929,3	941,2
1995	14,8	15,2	22,4	22,0	23,2
1996	9,3	9,2	9,6	9,1	10,0
1997	7,5	7,7	5,2	4,3	4,8
1998	1,7	1,8	1,6	2,5	-1,8
1999	20,0	20,1	8,9	8,4	8,6
2000	9,8	9,9	6,0	5,3	4,4
2001	10,4	10,4	7,7	9,4	7,1
2002 ⁽¹⁾	9,7	10,0	7,5	9,1	5,2

FONTE: FGV, IBGE, FIPE

(1) acumulado em doze meses até julho

3 Setor externo

- **Exportações** - valor das vendas e outras remessas de bens e serviços de propriedade para o exterior, realizadas por agentes econômicos residentes do país, a preços de embarque, excluindo o pagamento de fretes, seguros, impostos e taxas.
- *Importações* - valor das compras e outros ingressos de mercadorias e serviços procedentes do exterior do país.
- **Saldo da balança comercial** - exportação menos importação.
- **Saldo em transações correntes** - consolidação das balança comercial e de serviços e das transferências unilaterais. Os serviços compreendem transportes, seguros, viagens internacionais, assistência técnica, lucros e dividendos e juros da dívida externa. As transferências unilaterais correspondem às doações, remessas de imigrantes etc.
- **Dívida externa** - valor total de débitos do país, contratados com residentes no exterior e garantidos pelo governo, decorrentes de empréstimos e financiamentos, com prazo de vencimento superior a um ano.

BRASIL - INDICADORES DO SETOR EXTERNO - 1993-2002

(Em US\$ bilhões)

ANO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	TRANSAÇÕES CORRENTES	DÍVIDA EXTERNA
1993	38,6	25,6	-0,6	145,7
1994	43,5	33,1	-1,7	148,3
1995	46,5	49,7	-18,0	159,2
1996	47,7	53,3	-23,5	179,9
1997	53,0	61,3	-30,8	200,0
1998	51,1	57,6	-33,4	241,6
1999	48,0	49,2	-25,4	241,5
2000	55,1	55,7	-24,7	236,2
2001	58,2	55,6	-23,2	228,6
2002 ⁽¹⁾	21,0	19,0	-7,0	210,0

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

(1) acumulado até maio

4 Financeiros

- **Juros Over/Selic** - taxa de juros média (em %) praticada pelo Banco Central para a rolagem dos títulos da dívida pública por um dia. Apesar de terem sido concebidos para propiciar a gestão da liquidez do sistema econômico, os papéis do governo sempre representaram ativos de primeira linha, indicando o piso da rentabilidade do mercado financeiro, devido à sua pronta liquidez e à plena garantia de recompra.
- **Poupança** - rendimento calculado para a remuneração mensal dos depósitos em caderneta de poupança, a partir da Taxa Referencial de Juros (TR), acrescida de 0,5%. A TR é obtida a partir da combinação da remuneração média mensal, livre de impostos, dos depósitos à prazo fixo captados pelos bancos comerciais e de investimentos e agências operadoras com títulos públicos.

BRASIL - INDICADORES FINANCEIROS - 1993-2002

(Em % anual)

ANO	POUPANÇA	OVERNIGHT/SELIC
1993	2.633,1	3.059,8
1994	1.016,0	1.154,0
1995	39,7	53,2
1996	16,4	27,1
1997	16,6	24,6
1998	14,4	28,6
1999	12,2	25,1
2000	9,0	17,3
2001	8,6	17,2
2002 ⁽¹⁾	5,0	18,3

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

(1) até junho

5 Setor público

- **Dívida líquida** - somatório do endividamento dos governos federal (inclusive Banco Central), estadual e municipal e por suas empresas junto ao sistema financeiro (público e privado), ao setor privado não financeiro e ao resto do mundo, descontados os valores correspondentes aos créditos do governo. Ao contrário do ocorrido em outros países, no Brasil o conceito inclui a base monetária, por contemplar os ativos e passivos financeiros do Banco Central.
- **Necessidades de financiamento** - déficit ou superávit resultante da variação líquida da dívida pública, deduzidos os empréstimos concedidos ao setor privado. O conceito nominal incorpora a totalidade das receitas e despesas, o operacional exclui as correções monetária e cambial da dívida pública e o primário desconta a correção monetária e as receitas e despesas financeiras (juros nominais).

BRASIL - INDICADORES DO SETOR PÚBLICO - 1993-2002

ANO	DÍVIDA LÍQUIDA (R\$ Bilhões)	NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO (% DO PIB)			
		Nominal	Operacional	Primário	Juros Reais
1993	17,7	59,0	-0,3	-2,7	2,4
1994	153,2	43,7	-1,3	-5,1	3,9
1995	208,5	7,2	4,9	-0,4	5,2
1996	269,2	5,9	3,7	0,1	3,7
1997	308,4	5,0	4,3	0,9	3,4
1998	385,8	8,0	7,5	0,0	7,5
1999	516,6	9,5	3,9	-3,1	7,2
2000	563,1	4,5	1,1	-3,5	4,7
2001	660,8	5,3	1,5	-3,7	5,2
2002 ⁽¹⁾	750,0	5,0	1,5	-3,5	5,0

FONTE: BANCO CENTRAL

(1) acumulado até junho

6 Índice de desenvolvimento humano (IDH)

O conceito de desenvolvimento econômico amplia o conceito de crescimento econômico, ao incluir na análise dos índices ou indicadores aqueles que contemplam a melhoria das condições de vida da população, que, não necessariamente, crescem com a melhoria das condições econômicas (pobreza, desemprego, desigualdade, saúde, nutrição, educação e moradia).

O índice de desenvolvimento humano (IDH) determina o nível de atendimento das necessidades humanas básicas

Um dos principais índices capazes de determinar com precisão os estágios de desenvolvimento humano e de condições de vida é o IDH. Trata-se de um indicador do nível de atendimento, em uma dada sociedade, das necessidades humanas básicas.

O IDH incorpora três aspectos de relevância para o bem-estar de um indivíduo: vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e padrão de vida digno. Na sua composição cada um desses aspectos é representado por uma variável específica e mensurável: expectativa de vida ao nascer (longevidade), nível de instrução (nível educacional) e nível de renda (nível de vida). Ao considerar os dois primeiros aspectos, o IDH inova em relação ao PIB per capita (o que é a forma convencional de se mensurar o crescimento econômico).

A metodologia de cálculo desse índice é a que segue: I) A longevidade é medida pela esperança de vida ao nascer; II) O nível educacional é medido por uma combinação da alfabetização adulta (ponderação de 2/3) com a taxa de escolaridade combinada do primário, secundário e superior (ponderação de 1/3); III) nível de vida é medido pelo PIB real per capita (dólares internacionais de Paridade do Poder de Compra (PPC) entre países).

Para que os indicadores possam ser combinados em um índice único, eles são transformados em índices parciais, cujos valores variam entre 0 e 1. A fórmula geral para a construção desses índices é:

$$\text{Índice} = \frac{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}{\text{valor observado} - \text{valor mínimo}}$$

Os valores mínimos e máximos fixados para cada um dos indicadores seguintes são:

- Esperança de vida ao nascer: 25 anos e 85 anos;
- Alfabetização adulta (15 anos e mais): 0% e 100%;
- Taxa de escolaridade bruta combinada: 0% e 100%;
- PIB real per capita (medido em dólares internacionais da Paridade do Poder e Compra): 100 e 40.000 dólares.

A construção do índice de renda, que entra no IDH, como um substituto para um nível de vida digno, pressupõe que a realização de um nível aceitável de desenvolvimento humano não requer rendimento ilimitado; pressupõe também que é decrescente a contribuição marginal da renda para o desenvolvimento humano.

Para efeito de análise comparada, o PNUD (Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento) estabeleceu três principais categorias:

- a) de baixo desenvolvimento - apresentando IDH menor que 0,5;
- b) de médio desenvolvimento - exibindo IDH entre 0,5 e 0,8; e
- c) de elevado desenvolvimento - traduzidos por IDH superior a 0,8.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgou em 23 de julho de 2002 o *Human Development Report 2002*, onde são apresentados os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) de 173 países, referentes ao ano de 2000.

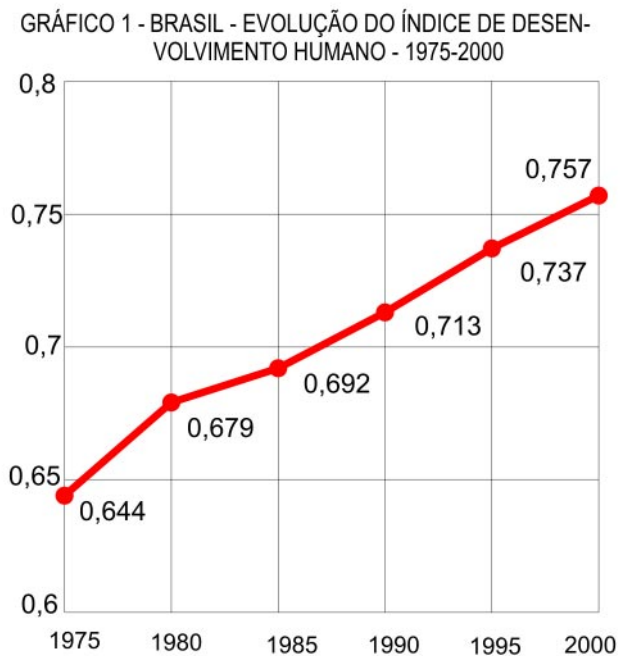
O IDH do Brasil, que em 1999 atingira o valor de 0,750, subiu para 0,757 em 2000. O Brasil se situa entre os países de médio desenvolvimento humano, e ganhou, desde o ano anterior, duas posições no ranking dos 173 países presentes no relatório, passando da 75.^a para 73.^a posição.

RANKING DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO -
PAÍSES SELECIONADOS - 2000

POSIÇÃO	PAÍS	IDH
1	Noruega	0,942
2	Suécia	0,941
3	Canadá	0,940
4	Bélgica	0,939
5	Austrália	0,939
6	Estados Unidos	0,939
7	Islândia	0,936
8	Países Baixos	0,935
9	Japão	0,933
10	Finlândia	0,930
11	Suíça	0,928
12	França	0,928
13	Reino Unido	0,928
14	Dinamarca	0,926
15	Áustria	0,926
16	Luxemburgo	0,925
17	Alemanha	0,925
18	Irlanda	0,925
19	Nova Zelândia	0,917
20	Itália	0,913
34	Argentina	0,844
38	Chile	0,831
40	Uruguai	0,831
50	Trinidad e Tobago	0,805
54	México	0,796
55	Cuba	0,795
57	Panamá	0,787
68	Colômbia	0,772
69	Venezuela	0,770
73	Brasil	0,757
82	Peru	0,747
90	Paraguai	0,740
93	Equador	0,732
114	Bolívia	0,653

FONTE: ONU - Relatório de Desenvolvimento Humano 2002

O gráfico 1, mostra a evolução do IDH brasileiro de 1975 a 2000, indicando um crescimento firme em todo o período.



Sites recomendados

<[http\\www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>

<[http\\www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>

<[http\\www.fgv.org.br](http://www.fgv.org.br)>

Resumo

O presente capítulo procurou definir, qualificar e quantificar os principais indicadores econômicos do país. Reconhecidamente, tais indicadores são fundamentais tanto para propiciar uma melhor compreensão da situação presente e o delineamento das tendências de curto prazo da economia, quanto para subsidiar o processo decisório. O texto trabalhou com os agrupamentos mais convencionais dos diferentes indicadores, especificando, para cada um deles, aspectos como conceito, finalidade, metodologia de determinação e instituição produtora. No final, foram apresentados, de forma sumária, a metodologia e os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

